

BOLETIM DE ANÁLISE DE CONJUNTURA

Nº 02 | DATA: JUNHO DE 2026 | PRODUÇÃO: INTELIGÊNCIA SINDICAL

SOBERANIA EM DISPUTA: PRESSÕES EXTERNAS, CONFLITO DISTRIBUTIVO E CORRELAÇÃO DE FORÇAS NO BRASIL

SUMÁRIO

1. Introdução

2. Desafios brasileiros no cenário internacional

2.1 Imperialismo: Trump ataca novamente o Brasil

*2.2 Tarifas, PIX, barreiras sanitárias
e segurança pública internacionalizada*

*2.3 Lula no G7: soberania, minerais críticos
e resposta à diplomacia coercitiva de Washington*

2.4 Síntese internacional

3. Análise Nacional

3.1 Governo Lula X Congresso: sistema de vetos cruzados

3.2 Mundo do trabalho, redução da jornada e PEC do fim da escala 6x1

3.3 Caso Master joga a extrema direita na defensiva

3.4 Judiciário e legalidade democrática

3.5 Economia, custo de vida e conflito distributivo

3.6 Novo Desenrola Brasil

3.7 Síntese da correlação de forças no Brasil

4. Hipóteses e tendências para os próximos meses

Referências

1. INTRODUÇÃO

Este boletim apresenta uma análise de conjuntura do bimestre maio e junho de 2026 e tem como objetivo é interpretar os principais acontecimentos políticos, econômicos, sociais, institucionais e internacionais que condicionam a dinâmica nacional brasileira no período, identificando atores, interesses, recursos em disputa, terrenos de conflito, correlação de forças e tendências prováveis para os meses seguintes.

A análise fundamenta-se na contradição entre **soberania e dependência**, no plano nacional, e entre **imperialismo e soberania**, na esfera global. O atual momento histórico, marcado pela transição de uma ordem unipolar para um sistema multipolar, não elimina a coerção imperialista; ao contrário, diversifica suas modalidades de pressão, que se manifestam de forma crescente nos âmbitos comercial, tecnológico, financeiro, energético, sanitário e militar.

O Brasil entrou definitivamente no rol de nações submetidas a tática de **diplomacia coercitiva** imposta por Washington. Exemplo disso aconteceu em 1º de junho de 2026, quando o Escritório do Representação Comercial dos Estados Unidos publicou determinação da Seção 301 sobre práticas brasileiras consideradas 'irrazoáveis' ou 'discriminatórias' [1]. Em 2 de junho, a imprensa divulgou o estabelecimento da **tarifa punitiva de 25% sobre diversos produtos brasileiros** [2].

A pressão externa também apareceu no campo sanitário, agropecuário e de segurança. Em 12 de maio de 2026, a **Comissão Europeia decidiu retirar o Brasil da lista de países autorizados a exportar determinados produtos animais** ao bloco a partir de 3 de setembro de 2026, sob justificativa relacionada ao uso de antimicrobianos em animais de produção [3]. Em 28 de maio de 2026, o secretário de Estado Marco Rubio anunciou **a intenção dos Estados Unidos de designar o PCC e o Comando Vermelho como Organizações Terroristas Estrangeiras**, com vigência a partir de 5 de junho [4], medida que foi coordenada com Flávio Bolsonaro em visita aos EUA no período. No dia seguinte, Lula rejeitou a classificação e afirmou que o Brasil não aceitaria ser tratado como 'república de bananas' [5].

No plano nacional, temos uma situação marcada pela combinação entre custo de vida elevado, endividamento, juros altos, informalidade,

disputa fiscal, recomposição parcial da pauta trabalhista com o avanço legislativo do projeto que visa abolir a escala 6x1, conflitos entre Poderes, reorganização da extrema direita, avanço do crime organizado no setor financeiro e novas disputas sobre regulação das plataformas digitais.

O cenário político-institucional brasileiro enfrenta uma de suas mais severas inflexões com o desdobramento do caso envolvendo o ex-banqueiro **Daniel Vorcaro** e as fraudes que culminaram na liquidação do Banco Master pelo Banco Central. O escândalo financeiro ganhou contornos de crise política de amplo espectro após a revelação de diálogos e contratos ligando o clã Bolsonaro diretamente ao banqueiro. No centro das investigações da Polícia Federal está o financiamento de 24 milhões de dólares (cerca de R\$ 134 milhões) prometidos por Vorcaro para a produção de “Dark Horse”, longa-metragem biográfico sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro estruturado às vésperas do ano eleitoral. As negociações diretas conduzidas pelo senador e pré-candidato à Presidência, Flávio Bolsonaro, que demonstravam estreita intimidade e apoio mútuo com o banqueiro antes de sua prisão, lançaram a oposição em uma posição defensiva, e estressa a unidade do campo da extrema direita.

Observa-se ainda uma **contradição latente entre a melhora objetiva das condições de vida e a percepção subjetiva da sociedade sobre essa realidade**. Embora indicadores de arrecadação e emprego apresentem sinais favoráveis, a sensibilidade popular é balizada prioritariamente pelo custo cotidiano de itens como alimentos, combustíveis, gás, crédito e pelo peso do endividamento, somados à sensação de insegurança. Assim, os avanços materiais em relação a períodos anteriores acabam eclipsados pelas dificuldades imediatas do dia a dia. Esse descompasso entre o fato estatístico e a vivência prática tem impactado negativamente a aprovação do governo federal, consolidando-se como um dos desafios centrais para o campo democrático no horizonte eleitoral de 2026.

Os dados oficiais confirmam essa pressão. Em 12 de maio de 2026, o IBGE divulgou que o IPCA de abril foi de 0,67%, com alta de 1,34% no grupo Alimentação e bebidas, 1,64% na alimentação no domicílio, 1,86% na gasolina, 4,46% no óleo diesel e 3,74% no gás de botijão [6]. O mercado de trabalho apresentou melhora em relação ao ano anterior, mas manteve fragilidades: segundo o IBGE, a taxa de desocupação no primeiro trimestre

de 2026 foi de 6,1%, abaixo dos 7,0% do mesmo trimestre de 2025, enquanto a informalidade atingiu 37,3% da população ocupada [7].

A principal inflexão social do período foi o avanço na tramitação da PEC 221/2019, que acaba com a **escala 6x1**. Em 27 de maio de 2026, a Câmara dos Deputados aprovou a proposta em dois turnos: 472 votos favoráveis e 22 contrários no primeiro turno; 461 votos favoráveis e 19 contrários no segundo [8]. **A disputa pelo tempo de trabalho está no centro da política nacional e oferece uma oportunidade importante para a aproximação entre as forças políticas do campo popular e a grande maioria do povo.**

2. DESAFIOS BRASILEIROS NO CENÁRIO INTERNACIONAL

2.1 IMPERIALISMO: TRUMP ATACA NOVAMENTE O BRASIL

A conjuntura internacional do período, como dito anteriormente, deve ser compreendida a partir da contradição entre imperialismo e soberania nacional, em um contexto de transição para uma ordem multipolar. Essa transição não significa substituição imediata da hegemonia estadunidense por outra hegemonia estável, mas fragmentação das regras de governança global, aumento da coerção comercial, tecnológica e financeira, militarização de rotas estratégicas e disputa por energia, minerais críticos, dados, moedas e cadeias produtivas.

Os Estados Unidos, diante dos limites de sua capacidade de comando global, passaram a operar uma **recomposição defensiva de sua influência**. Em vez de sustentar simultaneamente primazia incontestável em todos os teatros de disputa, Washington busca reforçar o controle sobre áreas consideradas estratégicas e de influência imediata, especialmente a América Latina. A região é tratada como retaguarda hemisférica por oferecer acesso a recursos críticos como fonte de energia (em especial petróleo), alimentos, minerais estratégicos, biodiversidade, rotas logísticas, mercados consumidores e dados. **A recomposição defensiva requer a consolidação de uma situação de domínio profundo sobre o entorno estratégico estadunidense.** Essa profundidade do domínio significa impôr uma modificação qualitativa da relação entre a Casa Branca e os governos latino-americanos, não se trata de estabelecer aliados, mas construir um sistema de estados vassalos, submetidos, em diferentes níveis, às diretrizes

do governo estadunidense. O método para alcançar este objetivo é a “**diplomacia coercitiva**”¹ e, em alguns casos, a intervenção militar direta, como ocorreu na Venezuela.

Essa reorientação aparece em instrumentos concretos: ameaças tarifárias, pressão sobre sistemas digitais e de pagamento, disputas sobre minérios críticos, sanções, classificação de atores criminais como organizações terroristas e tentativas de condicionar políticas domésticas de países latino-americanos. No caso brasileiro, a pressão estadunidense concentrou-se em temas sensíveis à soberania nacional: comércio digital, pagamentos eletrônicos (PIX), propriedade intelectual, etanol, desmatamento, minerais críticos e segurança pública.

2.2 TARIFAS, PIX, BARREIRAS SANITÁRIAS E SEGURANÇA PÚBLICA INTERNACIONALIZADA

A conjuntura do bimestre trouxe quatro pressões externas diretas sobre o Brasil: a investigação e proposta tarifária dos Estados Unidos sob a Seção 301; a inclusão dos serviços de pagamento eletrônico no conflito comercial estadunidense; a decisão da União Europeia de retirar o Brasil da lista de exportadores autorizados de determinados produtos animais a partir de setembro de 2026; e a designação do PCC e do Comando Vermelho como organizações terroristas estrangeiras pelos Estados Unidos.

¹ **Diplomacia coercitiva** é uma estratégia de política externa baseada na combinação entre exigência política, ameaça crível e possibilidade de punição, com o objetivo de forçar um adversário a interromper, reverter ou modificar determinado comportamento sem recorrer necessariamente à guerra total. Diferentemente da dissuasão, que busca impedir uma ação futura, a diplomacia coercitiva procura alterar uma conduta já em curso ou obter uma concessão específica. Alexander L. George define essa estratégia como uma forma de “persuasão pela força”, cujo êxito depende da clareza dos objetivos, da credibilidade da ameaça, da proporcionalidade dos custos impostos e da existência de uma saída negociada para o adversário. Quando a exigência é percebida como absoluta, humilhante ou existencial, a tendência é que a coerção fracasse, pois o alvo pode preferir resistir a aceitar uma capitulação política. Ver: GEORGE, Alexander L. *Forceful Persuasion: Coercive Diplomacy as an Alternative to War*. Washington, D.C.: United States Institute of Peace Press, 1991; GEORGE, Alexander L.; SIMONS, William E. (org.). *The Limits of Coercive Diplomacy*. 2. ed. Boulder: Westview Press, 1994; SCHELLING, Thomas C. *Arms and Influence*. New Haven: Yale University Press, 1966.

Em 1º de junho de 2026, o USTR publicou determinação segundo a qual certas práticas brasileiras relacionadas a comércio digital, serviços de pagamento eletrônico, tarifas preferenciais, anticorrupção, propriedade intelectual, etanol e desmatamento seriam 'irrazoáveis' ou 'discriminatórias' e restringiriam o comércio dos Estados Unidos. O USTR informou que a investigação havia sido iniciada em 15 de julho de 2025, por determinação do presidente Donald Trump [1].

No dia 2 de junho de 2026, a administração Trump propôs tarifa punitiva de 25% sobre diversas importações brasileiras, excluindo itens estratégicos como carne bovina, café, terras raras, petróleo, produtos farmacêuticos, energia e partes aeronáuticas. O representante comercial Jamieson Greer afirmou que a ação era 'nuançada' por causa das exceções, enquanto autoridades brasileiras avaliaram que as justificativas estadunidenses ignoravam argumentos apresentados por Brasília e sugeriam motivação política [2].

O PIX é uma tecnologia brasileira e pública que se popularizou no país e tem tomado espaço de empresas do setor financeiro estadunidense, sendo um dos principais motivos para o tarifaço de Trump. O mercado de crédito, antes um domínio exclusivo de Visa e Mastercard, enfrenta agora forte pressão com a consolidação do Pix. A introdução das modalidades Pix Parcelado e Pix Automático, que permitem pagamentos a prazo e recorrentes sem a intermediação de cartões, quebrou o antigo monopólio das bandeiras. O prejuízo financeiro para emissoras e bandeiras concentra-se na perda das tarifas por transação, que variam de 0,5% a 0,8% no débito e de 1,5% a 2,5% no crédito no sistema tradicional. Essa mudança gerou uma repercussão profunda nas **taxas de transação no débito**. Estima-se que a adoção do Pix tenha evitado a arrecadação de R\$ 5 bilhões a R\$ 10 bilhões por ano em tarifas de intercâmbio, valores que seriam faturados caso essas operações ocorressem por meio de cartões físicos. Apesar da expansão do volume total de pagamentos no país, o Pix absorveu todo o potencial de crescimento da Visa e Mastercard no e-commerce de baixo valor e no varejo físico, provocando o primeiro encolhimento real do débito tradicional na história recente do Brasil. Assim, historicamente somos um dos três mercados mais rentáveis para cartões, o que não é algo trivial para Wall Street. Executivos globais das bandeiras mencionam o Pix em relatórios para acionistas, enquanto bancos de investimento alertam que

15% a 20% das receitas futuras do setor estão sob ameaça caso não integrem suas tecnologias às novas modalidades do Banco Central brasileiro. Logo, o recurso em disputa que fundamenta o tarifaço de Trump é visível, bem como os verdadeiros interessados que estão por trás desta medida da Casa Branca.

Paralelamente, a União Europeia estabeleceu uma terceira via de pressão. Em 12 de maio de 2026, a Comissão Europeia anunciou a exclusão do Brasil da lista de exportadores autorizados para produtos de origem animal específicos, incluindo carne bovina, aves, ovos e animais vivos. [3] A restrição, que passará a vigorar em 3 de setembro de 2026, fundamenta-se em normas do bloco sobre o emprego de substâncias antimicrobianas na pecuária. Este movimento ocorre simultaneamente à implementação do Acordo Provisório de Comércio entre o Mercosul e a União Europeia, que teve sua **vigência iniciada em 1º de maio de 2026**. Devido ao seu complexo arranjo político, a execução do tratado foi estruturada em duas etapas. A primeira trata da **implementação provisória** (Maio de 2026), que é restrita à **dimensão comercial**, abrangendo a redução de tarifas e o fim de barreiras comerciais. Esta fase foi ativada após a promulgação interna no Brasil — ocorrida por decreto em março de 2026 após aval do Congresso — e a respectiva autorização da Comissão Europeia para a aplicação imediata. A segunda, em caráter definitivo, visa a **plena validação do acordo**, que engloba cooperação política, licitações governamentais e normativas ambientais, permanece pendente. O processo exige a ratificação formal por cada um dos parlamentos nacionais da União Europeia e também pelo Parlamento Europeu. A provável razão para essa medida seria a pressão do setor agrícola europeu, que vê o agronegócio brasileiro como uma ameaça comercial importante, e que sempre utilizou as questões sanitárias como instrumento de proteção comercial contra produtos brasileiros.

A quarta frente apareceu no campo da segurança pública. Em 28 de maio de 2026, Marco Rubio anunciou a intenção dos **Estados Unidos de designar PCC e Comando Vermelho como Organizações Terroristas Estrangeiras**, a medida foi oficializada em 5 de junho [4]. Em 29 de maio, **Lula rejeitou a classificação, afirmou que o Brasil não aceitaria ser tratado como 'república de bananas'** e criticou a possibilidade de interferência estrangeira em temas de segurança pública doméstica [5]. O governo

brasileiro indica que ocorrerá prejuízos à cooperação policial com agências como FBI e DEA [10], e que a designação eleva custos de compliance, auditoria e diligência para empresas que atuam no Brasil, especialmente em setores expostos a riscos de lavagem de dinheiro e infiltração de facções, como combustíveis, logística, mineração, finanças, telecomunicações, agronegócio e mercado imobiliário [11].

A medida amplia o **alcance potencial da jurisdição estadunidense sobre fluxos financeiros, empresas e indivíduos** no Brasil criando riscos de sanções, bloqueios e maior vigilância estrangeira sobre setores como bancos, fintechs, combustíveis, logística, mineração, agronegócio, telecomunicações e mercado imobiliário. Isso possibilita o deslocamento de investigações antes conduzidas por canais policiais, como FBI e DEA, para circuitos mais fechados de inteligência e segurança nacional, reduzindo a transparência e a capacidade de controle soberano do Estado brasileiro sobre investigações em seu próprio território. A medida cria um dispositivo, dentro da perspectiva da **diplomacia coercitiva** estadunidense, para pressionar o Brasil em temas bilaterais, em especial relacionado ao controle soberano sobre recursos estratégicos. A questão central não é negar a gravidade do PCC e do CV, mas definir sob qual autoridade política e jurídica esse enfrentamento será conduzido. O governo brasileiro desenvolve uma estratégia fundamentada na inteligência financeira, investigação patrimonial, controle de armas e reconstrução da presença estatal nos territórios, o que de fato tem alcançado resultados relevantes, mesmo com a atual complexidade destas organizações. O enquadramento externo da “guerra ao terror” , não tem haver com o desmantelamento destas organizações, e sim em abrir brechas para coerção extraterritorial, instrumentalização eleitoral e tutela estadunidense sobre a política interna brasileira.

2.3 LULA NO G7: SOBERANIA, MINERAIS CRÍTICOS E RESPOSTA À DIPLOMACIA COERCITIVA DE WASHINGTON

O discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Cúpula do G7, em 16 de junho de 2026 na França, foi uma intervenção política de contraposição direta às potências centrais, em especial dos Estados Unidos. A fala deslocou o debate sobre minerais críticos, terras raras, guerras e sanções do terreno técnico-diplomático para o terreno histórico da

dependência, da colonização e da disputa pelo direito ao desenvolvimento. Lula se dirigiu especialmente aos países do Sul Global, denunciando a espoliação colonial — “o seu país já foi saqueado em tudo que é ouro que tinha, em tudo que é prata que tinha, em tudo que é diamante que tinha, em tudo que é minério que tinha” — e agora enfrentam uma nova rodada de apropriação, associada aos recursos indispensáveis para a transição energética e digital. Ao afirmar que, “depois de levarem tudo que a gente tinha, agora eles querem ser donos dos minerais críticos e das terras raras que nós temos”, o presidente situa a disputa mineral contemporânea como continuidade histórica da pilhagem colonial, agora reorganizada sob a linguagem da transição verde, da segurança tecnológica e da competição geopolítica.

-
-
-
-
-
-
-
-
-
-

A força política do discurso está na recusa de reduzir os países do Sul Global à condição de fornecedores de matéria-prima. Ao mencionar a África e a América Latina, Lula constrói indica a necessidade de uma solidariedade periférica em torno dos minerais críticos: “é a chance da Bolívia, é a chance da África, é a chance da América Latina não aceitar ser apenas exportador de minerais para eles”. Trata-se de uma resposta direta ao padrão histórico de dependência: exportar minério bruto e importar tecnologia cara. No centro do argumento está a defesa de que os minerais críticos não podem reproduzir a lógica colonial da extração, mas devem servir como base material para um salto de desenvolvimento nacional e regional.

O discurso também opera como resposta a Washington. Lula associa sanções, bloqueios, ameaças militares e intervenções a uma lógica de dominação internacional que se apresenta como defesa da democracia, da segurança ou da não proliferação nuclear, mas que, na prática, subordina países periféricos à vontade das potências. A pergunta retórica — “Não é possível alguém achar que é dono dos outros países?” — resume a crítica ao unilateralismo. Em seguida, ao questionar “o que estão fazendo com Cuba agora? O que fizeram com a Venezuela?”, Lula enquadra sanções e pressões externas como instrumentos de coerção política. O mesmo raciocínio aparece quando afirma que “é a utilização da força e do poder para nos colonizar outra vez”. Nessa chave, a diplomacia coercitiva não aparece como exceção, mas como método recorrente de disciplinamento dos países que buscam autonomia.

Lula contrapõe a lógica imperial da destruição à prioridade social interna: “A minha guerra é contra a fome de 54 milhões de brasileiros que não tinham o que comer”. A política externa soberana não é apresentada como abstração diplomática, mas como condição para que o Estado concentre seus recursos naquilo que define como guerra legítima: combater a fome, o analfabetismo, a pobreza energética e a desigualdade.

Outro ponto relevante é a crítica ao enfraquecimento do multilateralismo e à paralisia da ONU. Lula afirma que “o que nós estamos assistindo no mundo é a falta total e absoluta de funcionamento das Nações Unidas” e acusa o Conselho de Segurança de ter sido criado para manter a paz, mas ter membros permanentes envolvidos em guerras. Ao perguntar “quando é que a ONU vai convocar uma reunião extraordinária para que a gente decida qual é o papel dos membros do Conselho de Segurança?”, o presidente conecta a defesa da soberania nacional à reforma da governança global. A crítica não se limita aos Estados Unidos; ela alcança a estrutura desigual do sistema internacional, onde potências militares e nucleares preservam poder de veto e capacidade de intervenção, enquanto países periféricos suportam os custos das guerras, sanções e bloqueios.

A parte final do discurso sobre o Irã aprofunda a crítica contra os EUA. Lula relembra a mediação realizada em 2010, ao lado da Turquia, para construir um acordo sobre enriquecimento de urânio para fins pacíficos. O acordo seguido os termos aceitos em carta enviada por Barack Obama, mas, em vez de ser acolhido, foi respondido com aumento do bloqueio ao Irã. Ao afirmar que “nós não podemos viver mais num mundo de mentiras em que as pessoas constroem inimigo, constroem a imagem negativa do inimigo para justificar a destruição”, Lula apresenta uma crítica estrutural à política externa das grandes potências: primeiro constrói-se discursivamente a ameaça; depois legitima-se a coerção; por fim, naturaliza-se a guerra, a sanção ou a intervenção.

Em síntese, o discurso de Lula no G7 articula três dimensões centrais da conjuntura internacional: soberania sobre recursos estratégicos, crítica à diplomacia coercitiva e defesa de uma ordem multilateral reformada. Sua postura é firme, recusa a naturalização da tutela externa sobre os países periféricos; é soberana ao reivindicar o direito de Brasil, América Latina e

África controlarem suas riquezas minerais e definirem seu próprio caminho de desenvolvimento; e é estratégica porque traduz temas complexos — minerais críticos, guerra, sanções, ONU e transição energética — em uma narrativa política de fácil compreensão: os países do Sul Global não aceitam mais ser colonizados, saqueados ou disciplinados por meio da força. A frase “nós não somos mais países colonizados” sintetiza o núcleo do pronunciamento. Mais do que uma fala diplomática, trata-se de uma intervenção na disputa pela legitimidade da ordem internacional.

2.4 SÍNTESE INTERNACIONAL

No cenário global, o Brasil voltou a ser pressionado pela diplomacia coercitiva da gestão Trump. A estratégia de Washington baseia-se em dois pilares de coerção: o primeiro envolve um **novo tarifaço**, previsto para entrar em vigor em 15 de julho, visando forçar concessões brasileiras em áreas como comércio digital, sistemas de pagamentos, etanol, propriedade intelectual e diretrizes ambientais. O embate em torno do PIX ilustra como as infraestruturas digitais públicas do país sofrem ataques quando confrontam os interesses de conglomerados financeiros globais. O segundo pilar consiste na **aplicação extraterritorial da lei estadunidense no nosso país**. Ao classificar o PCC e o Comando Vermelho como organizações terroristas estrangeiras, os EUA promovem a internacionalização da segurança pública do Brasil. Tal medida acarreta riscos de sanções econômicas, ingerência externa e a instrumentalização eleitoral do tema para beneficiar movimentos de extrema direita.

Ao manter uma postura de defesa da soberania nacional, o presidente Lula tem resistido às pressões impostas por Trump. O diálogo ocorrido em 07 de maio entre os dois líderes, embora focado em uma "redução de danos", não resultou em avanços práticos significativos, mas serviu para demonstrar a disposição diplomática do governo brasileiro. A adoção do lema "Brasil Soberano" e as declarações internacionais que tem feito refletem uma orientação política acertada do Planalto, pois, ao mesmo tempo em que afirma a autonomia do país, coloca em evidência a dependência e submissão da oposição de extrema direita aos interesses dos Estados Unidos.

3. ANÁLISE NACIONAL

3.1 GOVERNO LULA X CONGRESSO: SISTEMA DE VETOS CRUZADOS

A relação entre Governo Federal e Congresso Nacional no bimestre foi mais uma rodada de medição de forças. Uma relação que pode ser definida como um **sistema de vetos cruzados**. O governo detém iniciativa, máquina administrativa e responsabilidade nacional pelos resultados. O Congresso controla orçamento, emendas, vetos, sabatinas, CPIs, tramitação legislativa e distribuição territorial de recursos. Em pautas de alta legitimidade social, cooperar com o governo pode ser a única saída; em pautas de controle institucional, orçamento ou proteção política, o Congresso tende a desgastar o governo.

- O Executivo demonstrou capacidade de construir maioria em pautas de forte apelo popular, como a **PEC contra a escala 6x1**, mas seguiu submetido a uma estrutura parlamentar de veto, barganha e controle institucional quando a disputa envolveu orçamento, Judiciário, legislação penal, segurança pública e investigações. Exemplo disso ocorreu em 30 de abril, quando o Congresso derrubou o veto presidencial ao PL da Dosimetria, PL 2.162/2023. A decisão possibilitou redução de penas e flexibilidade na progressão de pena para condenados pelos atos de 8 de janeiro de 2023. A derrubada contou com 318 deputados e 49 senadores favoráveis [16]. O relator no Senado, Esperidião Amin, foi explícito ao dizer que o texto era 'o primeiro passo' e que a próxima etapa seria a **anistia** [16]. Isso mostra que a dosimetria foi uma etapa de uma agenda mais ampla de revisão da responsabilização dos golpistas do 8 de janeiro. Outro episódio foi a rejeição da indicação de Jorge Messias ao Supremo Tribunal Federal. Em 30 de abril de 2026, a Agência Senado informou que Messias havia sido aprovado na Comissão de Constituição e Justiça por 16 votos a 11, mas foi derrotado no Plenário por 42 votos contrários e 34 favoráveis, quando precisava de pelo menos 41 votos para aprovação [17].

Nota-se que o Executivo Federal consegue progredir em pautas que contam com a compreensão, o suporte e o engajamento da maior parte da sociedade. Exemplos recentes incluem a rejeição da PEC da Blindagem (PEC 3/2021) há menos de um ano, a implementação da isenção de Imposto de Renda para rendas até R\$ 5 mil (Lei nº 15.270/2025) em novembro passado, e

a expressiva aprovação pela Câmara da PEC 221/2019, que visa extinguir a escala 6x1 e agora tramita no Senado. Em contrapartida, propostas do governo que carecem de apelo popular direto ou que são percebidas como desconectadas do dia a dia das pessoas sofrem derrotas constantes no Legislativo. A derrubada de vetos, a exemplo do que ocorreu com o PL da dosimetria, tem sido utilizada pelo Congresso como estratégia para enfraquecer a autoridade do presidente Lula e impor amarras à sua gestão. Portanto, **a capacidade de mobilização da sociedade, tanto no ambiente digital quanto nas mobilizações de rua, constitui uma condição necessária para limitar a prerrogativa de veto do Congresso Nacional.**

3.2 MUNDO DO TRABALHO, REDUÇÃO DA JORNADA E PEC DO FIM DA ESCALA 6X1

A aprovação da PEC do fim da escala 6x1 pela Câmara dos Deputados, em 27 de maio de 2026, foi o principal acontecimento do mundo do trabalho na atual conjuntura. A proposta deslocou a disputa econômica para o terreno direto do tempo de vida da classe trabalhadora. Não se trata apenas de alterar uma regra de jornada, mas de redefinir a relação entre trabalho, descanso, saúde, vida familiar, estudo, lazer, participação política e reprodução social.

Com a aprovação da PEC 221/2019 pelo Plenário da Câmara dos Deputados em dois turnos, a escala 6x1 foi oficialmente encerrada, instituindo-se a jornada de 40 horas semanais distribuídas em cinco dias, com dois dias de repouso. Esse avanço legislativo foi impulsionado pela definição do regime de urgência por parte do Governo — medida que priorizou a pauta no Congresso —, aliada a uma estratégia de comunicação institucional robusta do Planalto e a uma expressiva mobilização da sociedade. No primeiro turno, o projeto recebeu 472 votos favoráveis e 22 contrários; já na segunda votação, o placar registrou 461 votos a favor e 19 contra.

O texto prevê transição. Dois meses após a publicação da futura emenda constitucional, já passariam a valer dois dias de descanso remunerado por semana, um deles preferencialmente aos domingos, e a jornada dos trabalhadores regidos pela CLT cairia para 42 horas semanais.

Após mais um ano, a jornada chegaria a 40 horas semanais, sem redução salarial [8].

Do ponto de vista da economia política, a jornada de trabalho é uma das formas centrais da luta de classes. O salário expressa a disputa monetária pela renda; a jornada expressa a disputa pelo tempo. A votação expressiva indica que a pauta adquiriu legitimidade social suficiente para elevar o custo eleitoral do voto contrário. A disputa, contudo, desloca-se para o Senado, onde podem ocorrer tentativas de ampliar exceções, alongar transições ou flexibilizar a aplicação.

3.3 CASO MASTER JOGA A EXTREMA DIREITA NA DEFENSIVA

A extrema direita no Brasil chega ao ciclo eleitoral de 2026 imersa em um cenário de contradições. Embora mantenha uma base social engajada, forte presença digital e competitividade nas urnas, o campo sofre com o cerco jurídico, investigações sobre movimentações financeiras e fragmentação interna, além da resistência de setores moderados em aderir ao espólio político do bolsonarismo.

O **Caso Master** surge como um marco que expõe as conexões entre o sistema financeiro, figuras da direita e extrema direita e esquemas ilícitos de alta magnitude. Informações apuradas pela imprensa detalham a proximidade entre **Daniel Vorcaro**, ex-gestor do Banco Master, e o senador **Ciro Nogueira** (PP-PI). O episódio transcende a fraude bancária comum, sugerindo uma simbiose entre capital financeiro e lideranças do Centrão para viabilizar interesses particulares por meio da atividade legislativa.

Conforme apontado nas investigações da Operação Compliance Zero da Polícia Federal, a relação entre Vorcaro e Nogueira era pautada por extrema confiança, envolvendo benefícios como estadias em hotéis de luxo, viagens ao exterior e repasses financeiros sistemáticos. O aspecto mais crítico desse elo reside na "**Emenda Master**": uma tentativa do senador, em 2024, **de aumentar o teto de garantia do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) de R\$ 250 mil para R\$ 1 milhão**. Segundo a PF, o texto da proposta teria sido formulado pela própria instituição financeira para favorecer sua estratégia de captação de recursos. Embora a medida tenha sido barrada, o caso evidencia uma tentativa de converter influência privada em poder normativo. Relatórios policiais indicam que foram identificados cerca de R\$

6 milhões em transações suspeitas entre as famílias dos envolvidos entre 2024 e 2025.

As relações entre **Hugo Motta**, presidente da Câmara dos Deputados, e Daniel Vorcaro,, passaram a integrar o núcleo político do chamado Caso Master após relatórios da Polícia Federal apontarem que o banqueiro teria custeado hospedagens de alto padrão para Motta e para o senador **Ciro Nogueira** no hotel Four Seasons Ritz, em Lisboa, com diárias estimadas em cerca de R\$ 18 mil, além de registros sobre viagem em jato privado e encontros reservados organizados com forte controle de acesso. Os documentos da PF indicam que Motta aparece como beneficiário de hospedagens pagas por Vorcaro, embora sua situação jurídica seja distinta da de **Ciro Nogueira**, pois, até o momento, os elementos divulgados não atribuem ao presidente da Câmara participação direta em repasses sistemáticos, favorecimento legislativo ou contrapartidas normativas em benefício do Banco Master. Politicamente, contudo, o episódio é relevante porque insere o principal dirigente da Câmara na rede de proximidade do banqueiro.

A relação entre o senador Flávio Bolsonaro e Daniel Vorcaro, tornou-se um dos focos centrais da conjuntura política do bimestre porque conectou três dimensões sensíveis: o escândalo financeiro do Banco Master, a sucessão eleitoral da extrema direita e a produção simbólica da memória política de **Jair Bolsonaro**. O ponto de articulação dessa relação é o financiamento do filme *Dark Horse*, cinebiografia sobre o ex-presidente, dirigida por **Cyrus Nowrasteh**. A reportagem do *Intercept Brasil* (maio de 2026) revelou que Vorcaro teria prometido US\$ 24 milhões para ajudar a financiar a produção, e que aproximadamente metade desse valor já teria sido paga.

O elemento politicamente mais danoso para **Flávio Bolsonaro** não foi apenas a existência do contrato, mas a mudança de versão pública. O senador havia negado ligação com Vorcaro, chegando a acusar adversários de tentarem vincular o Banco Master ao bolsonarismo. Após a divulgação dos áudios e mensagens, admitiu que se reuniu com o banqueiro em dezembro de 2024, mas afirmou que a relação dizia respeito exclusivamente à busca de investidores privados para um filme sobre a história de seu pai.

Em nota, declarou: “o que houve foi um filho buscando patrocínio privado para um filme privado sobre a história do próprio pai” e negou ter oferecido qualquer benefício em troca. Esse deslocamento — da negação da relação à admissão de contato privado — abriu uma crise de credibilidade em um campo político que historicamente mobiliza a narrativa anticorrupção e a denúncia moral do “sistema”.

A dimensão simbólica do caso é central. *Dark Horse* não é apenas uma obra audiovisual comercial; é uma peça de disputa de memória, identidade e legitimação política. O filme busca reconstruir a trajetória de Jair Bolsonaro em chave heroica, apresentando-o como liderança perseguida por um establishment corrupto. A produção foi anunciada como um thriller político sobre a batalha de Bolsonaro contra um sistema corrompido, mas acabou envolvida justamente em um escândalo associado a um banqueiro investigado por fraude bilionária. A contradição política ampliou o desgaste da candidatura de Flávio Bolsonaro.

Do ponto de vista da correlação de forças na direita, o episódio fragilizou Flávio Bolsonaro em dois planos. Primeiro, produziu constrangimento entre aliados. O deputado Alberto Fraga, vice-líder do PL na Câmara, afirmou que “Flávio cometeu um erro ao não revelar previamente sua relação com Vorcaro”, embora tenha sustentado que o senador não havia cometido irregularidade. Segundo, abriu espaço para críticas de concorrentes conservadores. Romeu Zema classificou as revelações como “imperdoáveis” e como “um tapa na cara dos brasileiros respeitáveis”. **O caso, portanto, não atinge apenas a disputa entre Flávio e Lula na disputa presidencial; ele também reorganiza tensões internas na direita, entre o bolsonarismo familiar e setores que buscam se apresentar como alternativa conservadora com menor passivo judicial e moral.**

O impacto eleitoral apareceu rapidamente nas pesquisas e na cobertura do mercado. Em 13 de maio de 2026, antes da consolidação pública do escândalo, pesquisa Genial/Quaest indicava empate técnico entre Lula e Flávio Bolsonaro em eventual segundo turno. Em 16 de junho, nova pesquisa CNT/MDA registrou ampliação da vantagem de Lula sobre Flávio Bolsonaro em um cenário de segundo turno, com 49,3% contra 36,8%, embora seja metodologicamente necessário evitar atribuir essa variação

exclusivamente ao Caso Master, pois pesquisas eleitorais refletem múltiplas variáveis simultâneas.

Para além da atuação no setor audiovisual, um segundo fato ganha relevo na conjuntura: o elo entre Flávio Bolsonaro e o recente “tarifaço” de Donald Trump. O episódio articulou três eixos críticos: a soberania do país, a subordinação da extrema direita ao trumpismo e os reflexos econômicos sobre o setor produtivo e o consumo. O anúncio das tarifas ocorreu logo após a viagem do senador a Washington, onde buscou proximidade com nomes como Marco Rubio, J. D. Vance e o próprio Trump. Naquela ocasião, Flávio defendeu a inclusão das facções PCC e Comando Vermelho na lista de organizações terroristas e manteve reuniões com o alto escalão republicano. Embora tenha tentado mitigar o desgaste publicando que solicitou pessoalmente a Trump a isenção para empresas brasileiras — sob o argumento de que “tarifas não são a solução” —, o efeito foi reverso. Em vez de projetar prestígio, a fala evidenciou a fragilidade de um candidato que busca suporte externo em um governo que, simultaneamente, adota medidas hostis aos interesses econômicos do Brasil.

A viagem de Flávio Bolsonaro aos Estados Unidos, concebida como uma manobra para desviar o foco das notícias negativas sobre sua ligação com Daniel Vorcaro e a crise do Banco Master, acabou gerando um novo revés político. O senador agora se vê na posição de ter que justificar sua proximidade financeira com o pivô de um dos maiores escândalos bancários do país, ao mesmo tempo em que precisa explicar o anúncio de medidas hostis por parte de Washington, como o aumento de tarifas e os ataques ao sistema Pix, ocorridos logo após sua passagem pela Casa Branca. Embora seja plausível que a ofensiva tarifária e as críticas ao Pix ocorressem independentemente da presença do senador — dado que a influência dos filhos de Bolsonaro não seria determinante para a política externa dos EUA —, a correlação temporal criou uma associação política desgastante. Do ponto de vista analítico, tornou-se inviável dissociar a visita da nova agressividade econômica norte-americana contra o Brasil, vinculando a imagem de Flávio e Trump a medidas que prejudicam diretamente a economia nacional.

Ao que tudo indica, parece se formar a tempestade perfeita sobre a família Bolsonaro. A **condenação de Eduardo Bolsonaro** pelo Supremo Tribunal Federal, em 16 de junho de 2026, constitui mais um fator relevante de todo este contexto. A Corte condenou Eduardo pelo crime de coação, em razão de sua atuação junto ao governo estadunidense para pressionar autoridades brasileiras durante o processo de Jair Bolsonaro. A acusação sustentou que Eduardo, vivendo nos Estados Unidos desde 2025, buscou mobilizar sanções econômicas, tarifas e pressões diplomáticas contra o Brasil e contra integrantes do Judiciário, com o objetivo de interferir no andamento do processo de seu pai. Trata-se de um parlamentar brasileiro acusado de recorrer a uma potência estrangeira para constranger instituições nacionais, deslocando a oposição política para o terreno da coerção externa. O Departamento de Estado dos EUA criticou a condenação, definindo-a como parte de uma suposta perseguição à oposição no Brasil; por sua vez, Lula afirmou que Donald Trump deveria “ficar fora” das eleições brasileiras de 2026. Eduardo permanece nos Estados Unidos, o que torna incerto o cumprimento imediato.

A condenação expõe um padrão mais amplo de atuação do bolsonarismo: a tentativa de converter relações internacionais, tarifas, sanções e apoio do trumpismo em instrumentos de pressão sobre o sistema político brasileiro. É cada vez mais evidente que a extrema direita em geral, e a família Bolsonaro em particular, atuam como agentes de baixo escalão dos interesses estadunidenses, em uma relação de profunda submissão. A condenação de Eduardo, portanto, incide diretamente sobre a campanha de Flávio Bolsonaro, sobre o debate do “tarifaço” de Trump e sobre a disputa entre soberania nacional e tutela estrangeira na conjuntura brasileira de 2026.

Em termos de correlação de forças, o ocorrido oferece ao governo Lula uma oportunidade política importante. Ao reagir à proposta tarifária como ataque à soberania nacional, o governo pode deslocar o debate do terreno ideológico para o terreno material: empregos ameaçados, empresas exportadoras pressionadas, Pix questionado e decisões brasileiras submetidas à coerção externa. A disputa deixa de ser apenas “Lula versus Flávio” e passa a ser “Brasil versus tutela estrangeira”. Essa chave pode ser especialmente eficaz junto ao eleitorado não bolsonarista e não

necessariamente lulista, que pode não aderir ao discurso de esquerda, mas tende a valorizar o Pix, o emprego, a estabilidade econômica e a autonomia nacional.

3.4 JUDICIÁRIO E LEGALIDADE DEMOCRÁTICA

O Judiciário segue ocupando posição de destaque na conjuntura porque a legalidade democrática tornou-se um ponto central de disputa política. STF, TSE, PGR e TST aparecem como terrenos nos quais se decidem temas como 8 de janeiro, Lei da Dosimetria, integridade eleitoral, inteligência artificial, responsabilidade das plataformas, pejetização, competência da Justiça do Trabalho e limites da propaganda política.

O primeiro grande tema é a responsabilização dos atos de 8 de janeiro. **A derrubada do veto ao PL da Dosimetria deslocou a disputa para o Supremo Tribunal Federal**, pois a constitucionalidade da nova lei passou a ser questionada. O ponto político é definir se o sistema democrático manterá punição mais dura aos atos de ruptura institucional ou se aceitará uma modulação legislativa que reduz parte das penas.

O segundo é a **integridade eleitoral diante da inteligência artificial**. Em 10 de abril de 2026, o TSE publicou orientação sobre as regras de uso de IA na campanha eleitoral de 2026. Segundo o TSE, conteúdos fabricados ou manipulados para difundir fatos notoriamente inverídicos ou descontextualizados podem ser removidos quando causarem dano ao equilíbrio das eleições ou à integridade do processo eleitoral [18]. O TSE determinou que toda propaganda com conteúdo sintético multimídia criado ou significativamente alterado por IA deve informar esse uso de maneira explícita, destacada e acessível. A regra vale para imagens, áudios, vídeos e textos. O Tribunal também proibiu publicação, republicação e impulsionamento pago de novos conteúdos sintéticos entre 72 horas antes e 24 horas depois do pleito [18].

3.5 ECONOMIA, CUSTO DE VIDA E CONFLITO DISTRIBUTIVO

A conjuntura econômica brasileira do bimestre segue marcada por uma contradição importante e com potencial de desgaste do governo: há sinais relativamente positivos no mercado de trabalho e na arrecadação, mas a percepção social da economia permanece pressionada pela inflação

de alimentos, combustíveis, gás de cozinha, juros elevados, endividamento e crédito caro. Este fato deve ser entendido como um aprendizado importante: **economia isoladamente não colabora para uma melhor avaliação do governo.**

Em 12 de maio de 2026, o IBGE divulgou que o IPCA de abril foi de 0,67%, acumulando alta de 2,60% no primeiro quadrimestre e 4,39% em 12 meses. O grupo Alimentação e bebidas subiu 1,34% no mês e respondeu por 0,29 ponto percentual do índice. A alimentação no domicílio avançou 1,64%, e a gasolina subiu 1,86%, sendo o maior impacto individual no IPCA do mês [6]. O gerente do IPCA, José Fernando Gonçalves, afirmou que alguns alimentos apresentavam 'restrição de oferta' e destacou que a elevação dos combustíveis afeta o preço final dos alimentos por conta do custo do frete [6]. Esse dado confirma que inflação alimentar, energia e logística formam uma cadeia de pressão sobre o custo de vida.

O mercado de trabalho apresentou resultado relativamente favorável, mas com limites estruturais. Em 14 de maio de 2026, o IBGE informou que a taxa de desocupação no primeiro trimestre de 2026 foi de 6,1%, abaixo dos 7,0% registrados no primeiro trimestre de 2025, embora acima dos 5,1% do quarto trimestre de 2025.

O principal indicador material da fragilidade do mundo do trabalho é a **informalidade**. Segundo o IBGE, no primeiro trimestre de 2026, 37,3% da população ocupada estava em situação informal. Em estados como Maranhão, Pará e Amazonas, a informalidade ultrapassava 50% dos ocupados [7]. Esse dado mostra que a melhora do emprego convive com precariedade estrutural

No entanto, o que parece ter mais peso sobre a grande maioria do povo é a questão das dívidas. O endividamento das famílias brasileiras expressa a forma pela qual a alta dos juros, o crédito caro, a renda pressionada e o custo de vida convertem parte relevante do salário futuro em pagamento de dívidas presentes. Segundo dados do Mapa de Inadimplência da Serasa, 75 milhões de pessoas tinham dívidas registradas em cadastros de inadimplentes em fevereiro de 2025, revelando que a restrição de crédito e o “nome negativado” passaram a atingir uma parcela massiva da população adulta brasileira.

Em síntese, a conjuntura econômica revela uma contradição central: mesmo em um cenário de relativa estabilidade do emprego, a baixa remuneração média, a informalidade elevada, a pressão persistente dos preços e o endividamento das famílias produzem sensação social de estagnação. A população trabalha, mas não necessariamente melhora de vida; mantém ocupação, mas segue pressionada por alimentação, transporte, gás, aluguel, crédito caro e dívidas acumuladas. Nesse contexto, a dívida passa a funcionar como mecanismo estrutural de captura da renda do trabalho pelo sistema financeiro, reduzindo a capacidade de consumo, ampliando a vulnerabilidade social e condicionando a percepção popular sobre a economia. A inflação, por sua vez, não deve ser compreendida apenas como fenômeno monetário, mas como arena de disputa distributiva: setores com poder de mercado conseguem repassar custos, preservar margens e defender sua rentabilidade, enquanto trabalhadores, aposentados, pequenos produtores e consumidores com menor poder de barganha absorvem perdas sob a forma de redução do salário real. Assim, juros elevados, endividamento e inflação de itens essenciais operam conjuntamente como mecanismos de transferência de renda para o capital financeiro e para setores concentrados da economia, ao passo que a classe trabalhadora experimenta a crise como compressão cotidiana do orçamento doméstico, insegurança material e frustração social.

3.6 NOVO DESENROLA BRASIL

Diante da pressão sobre o custo de vida e o endividamento, o governo federal buscou recompor a iniciativa por meio de medidas de renegociação de dívidas, crédito, desoneração ou subsídio em setores sensíveis e programas de proteção ao consumo popular. Essas políticas devem ser analisadas como respostas à vulnerabilidade social produzida por inflação, juros altos, renda comprimida e inadimplência.

O eixo mais visível foi a renegociação de dívidas. A Casa Civil informou que, em 4 de maio de 2026, o presidente Lula assinou medida provisória do **Novo Desenrola Brasil**, com foco em famílias, estudantes, aposentados, pensionistas, agricultores familiares, microempreendedores individuais e pequenas empresas [13]. A medida é estruturada para alcançar famílias com renda de até cinco salários mínimos, com dívidas contratadas até 31 de janeiro de 2026 e atraso entre 90 e 720 dias, especialmente em

modalidades caras como cartão de crédito, cheque especial e crédito pessoal não consignado. O programa prevê descontos entre 30% e 90%, taxa máxima de 1,99% ao mês, prazo de até 48 meses, parcela mínima de R\$ 50 e limite de até R\$ 15 mil por pessoa por instituição financeira.

Em uma conjuntura de juros elevados, crédito caro e alto comprometimento da renda, limpar o nome, alongar dívidas ou obter descontos pode produzir alívio imediato no orçamento familiar. Contudo, do ponto de vista estrutural, a renegociação não altera a lógica que produziu o endividamento: renda insuficiente, crédito caro, inflação de itens essenciais e captura financeira do salário.

3.7 SÍNTESE DA CORRELAÇÃO DE FORÇAS NO BRASIL

Em Maio e junho de 2026 ocorreu uma **leve alteração na correlação de forças** a favor do campo democrático, sob a liderança do **governo Lula**. A extrema direita por sua vez encontra-se, no momento, na defensiva, mesmo que segue com forte base social. Os principais acontecimentos que contribuíram para este quadro são:

- 1)** O governo Lula recuperou iniciativa em pautas de forte apelo popular, como a PEC contra a escala 6x1.
- 2)** O apoio social ao fim da escala 6x1 atinge mais de 70% da população, sendo o apoio mais expressivo entre os jovens (16 a 24 anos) com 83% e mulheres com 77%.
- 3)** Postura soberana do governo brasileiro em relação às pressões diplomáticas dos Estados Unidos, assim como a vinculação de Eduardo e Flávio Bolsonaro aos interesses da Casa Branca.
- 4)** Exposição da relação entre Daniel Vorcaro (Caso Master) e a família Bolsonaro, envolvendo o financiamento do filme biográfico do ex-presidente (*Dark Horse*).

O **Congresso Nacional**, segue sendo o terreno com pior relação de forças para o campo democrático, aparece como centro de veto e barganha do “centrão”. Aprova pautas populares quando o custo de oposição é alto, mas preserva capacidade de condicionar orçamento, vetos presidenciais, CPIs, indicações ao STF e legislação penal.

O **capital financeiro**, fração dirigente da classe dominante, mantém posição estrutural privilegiada por meio de juros elevados, crédito caro, endividamento das famílias e remuneração da dívida pública.

A **classe trabalhadora** obteve sua principal vitória parcial (ainda em andamento) com a aprovação da PEC pelo fim da 6x1 na Câmara. No entanto, informalidade, pejetização, plataformas digitais e endividamento limitam a capacidade de intervenção e organização sindical.

A **extrema direita** preserva competitividade eleitoral, mas enfrenta contradições. Flávio Bolsonaro herda a base bolsonarista, mas também os passivos do clã. Banco Master e Dark Horse desgastam a narrativa anticorrupção deste campo, bem como atinge o “centrão”, a partir da exposição das relações do senador Ciro Nogueira com Daniel Vorcaro.

Por fim, o centro da conjuntura de 2026 são as eleições de outubro, que será um acontecimento que determinará em grande medida o próximo período de desenvolvimento da contradição entre democracia x autoritarismo. O campo progressista, reunindo em torno da reeleição de Lula, possui uma leve vantagem, porém enfrentará desafios internos a sua composição, que será heterogênea, além disso disputará não apenas contra as candidaturas da extrema-direita (Flávio Bolsonaro, Caiado e Zema), mas também contra as big techs e os interesses dos Estados Unidos. Assim, é possível que surjam mais ataques contra a soberania e um conjunto de iniciativas que visem comprometer o processo eleitoral.

4. HIPÓTESES E TENDÊNCIAS PARA OS PRÓXIMOS MESES

A conjuntura brasileira de maio e junho de 2026 aponta para um segundo semestre de alta instabilidade política, social e institucional. As hipóteses a seguir não devem ser lidas como previsões fechadas, mas como tendências condicionadas por variáveis econômicas, políticas, internacionais e sociais.

HIPÓTESE 1: O **custo de vida** continuará sendo uma relevante variável material da disputa política. Se alimentos, combustíveis, gás, juros e dívidas seguirem pressionando o orçamento doméstico, a oposição terá condições de organizar narrativa de fracasso econômico do governo. Se o governo conseguir produzir alívio perceptível nesses itens, poderá recompor parte de sua base popular.

HIPÓTESE 2: A **PEC 6x1** será um teste decisivo para a capacidade de mobilização do campo popular. A aprovação na Câmara mostrou a força social da pauta. No Senado, a disputa será menos sobre rejeição aberta e mais sobre transição, exceções, compensações e regulamentação, além do risco de postergar a tramitação para limitar o alcance da vitória do governo no período pré-eleitoral.

HIPÓTESE 3: O **Congresso ampliará sua capacidade de barganha** em razão do calendário eleitoral. A maioria dos parlamentares terão incentivos para criar um ambiente político que condicione o governo..

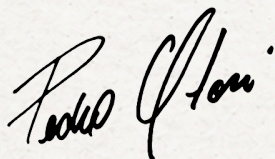
HIPÓTESE 4: A **segurança pública** será usada como eixo de polarização eleitoral e disputa de soberania. A designação de PCC e CV como organizações terroristas pelos EUA poderá ser usada pela extrema direita para acusar o governo de leniência diante do crime. O governo tentará enquadrar a medida como interferência externa e risco à soberania.

HIPÓTESE 5: **Banco Master e Dark Horse** podem afetar alianças da direita, mas não necessariamente sua base social fiel. As reportagens podem desgastar a candidatura junto a setores empresariais, centro-direita e eleitores menos ideológicos. No entanto, a base bolsonarista pode interpretar o caso como perseguição política. Além disso, as investigações podem envolver parlamentares do campo democrático, mesmo que não indicando crime, pode enfraquecer a utilização do caso na disputa eleitoral.

HIPÓTESE 6: A **regulação digital** será um dos principais campos da disputa eleitoral. As regras do TSE sobre IA indicam que a Justiça Eleitoral reconhece o risco de *deepfakes* e conteúdos sintéticos. A eficácia dessas regras dependerá da velocidade de resposta, da cooperação das plataformas e da capacidade de monitorar ambientes fechados de circulação de mensagens. O risco está sobretudo no uso destes recursos digitais em ambientes não controlados, ou precariamente monitorados pela justiça eleitoral, como o WhatsApp e Telegram.

HIPÓTESE 7: A **pressão internacional** sobre o Brasil tende a crescer em áreas estratégicas. Tarifas, PIX, carne, minerais críticos, fertilizantes, petróleo, segurança pública e regulação digital devem seguir como campos de pressão externa. A política estadunidense tende a tratar a América Latina como espaço estratégico de recomposição de influência, diante disso, a candidatura de Lula estará sob ameaça de forças e

HIPÓTESE 8: A **soberania** poderá funcionar como eixo articulador do campo popular, desde que traduzida em vida concreta: comida, energia, PIX, Petrobras, fertilizantes, jornada, dados, segurança e indústria.



Pedro H. otoni
Sócio-Diretor RECTE - Consultoria Estratégica

REFERÊNCIAS

- [1] UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE. USTR Section 301 Determination on Brazil's Unreasonable Acts, Policies, and Practices. Washington, 1 jun. 2026. Disponível em: <https://ustr.gov/about/policy-offices/press-office/press-releases/2026/june/ustr-section-301-determination-brazils-unreasonable-acts-policies-and-practices>. Acesso em: 7 jun. 2026.
- [2] LAWDER, David; PARAGUASSU, Lisandra. Trump administration proposes 25% tariff to punish Brazil over trade practices. Reuters, Washington/Brasília, 2 jun. 2026. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/americas/trump-administration-proposes-25-tariff-punish-brazil-over-trade-practices-2026-06-02/>. Acesso em: 7 jun. 2026.
- [3] TELES, Isabel; PAYNE, Julia. Brazil contests EU move to block animal product shipments. Reuters, São Paulo/Bruxelas, 12 maio 2026. Disponível em: <https://www.reuters.com/business/eu-block-brazil-animal-product-exports-september-2026-05-12/>. Acesso em: 7 jun. 2026.
- [4] REUTERS. US to designate two Brazilian gangs as 'terrorist organizations,' Rubio says. Reuters, 28 maio 2026. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/americas/us-intends-designate-two-brazili>

an-gangs-terrorist-organizations-rubio-says-2026-05-28/. Acesso em: 7 jun. 2026.

[5] REUTERS. Lula rejects U.S. terrorist designation of Brazil criminal gangs. Reuters, 29 maio 2026. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/americas/brazil-rejects-us-designation-criminal-gangs-terrorists-2026-05-29/>. Acesso em: 7 jun. 2026.

[6] IBGE. Influenciada pela alta dos alimentos e remédios, inflação fica em 0,67% em abril. Agência IBGE Notícias, Rio de Janeiro, 12 maio 2026. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/46656-influenciada-pela-alta-dos-alimentos-e-remedios-inflacao-fica-em-0-67-em-abril>. Acesso em: 7 jun. 2026.

[7] IBGE. PNAD Contínua Trimestral: desocupação sobe em 15 das 27 UFs no 1º trimestre de 2026. Agência IBGE Notícias, Rio de Janeiro, 14 maio 2026. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/46676-pnad-continua-trimestral-desocupacao-sobe-em-15-das-27-ufs-no-1-trimestre-de-2026>. Acesso em: 7 jun. 2026.

[8] BRASIL. Câmara dos Deputados. Câmara aprova em dois turnos fim da escala 6x1 com jornada máxima de 40 horas semanais. Brasília, 27 maio 2026. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1277141-camara-aprova-em-dois-turnos-fim-da-escala-6x1-com-jornada-maxima-de-40-horas-semanais/>. Acesso em: 7 jun. 2026.

[9] TEIXEIRA, Fabio; NOGUEIRA, Marta; VIGA GAIER, Rodrigo. Petrobras cuts dividend, investment projections in new five-year business plan. Reuters, Rio de Janeiro, 28 nov. 2025. Disponível em: <https://www.reuters.com/business/energy/brazils-petrobras-approves-109-billion-business-plan-2026-2030-source-says-2025-11-28/>. Acesso em: 7 jun. 2026.

[10] REUTERS. U.S. terror label for Brazilian gangs risks derailing police cooperation, say sources. Reuters, 4 jun. 2026. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/americas/us-terror-label-brazilian-gangs-ri>

sks-derailing-police-cooperation-say-sources-2026-06-04/. Acesso em: 7 jun. 2026.

[11] REUTERS. US terrorist label for Brazil gangs risks higher business costs. Reuters, 5 jun. 2026. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/us-terrorist-label-brazil-gangs-risks-higher-business-costs-2026-06-05/>. Acesso em: 7 jun. 2026.

[12] BRASIL. Câmara dos Deputados. Câmara aprova criação da Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos. Brasília, 6 maio 2026. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/>. Acesso em: 7 jun. 2026.

[13] BRASIL. Casa Civil. Novo Desenrola do Governo do Brasil prevê até 90% de desconto e facilita renegociação de dívidas. Brasília, 4 maio 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/>. Acesso em: 7 jun. 2026.

[14] BRASIL. Ministério da Fazenda. Governo fecha o mês de abril de 2026 com superávit de R\$ 25,2 bilhões, acima da projeção do mercado. Brasília, 28 maio 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2026/maio/governo-fecha-o-mes-de-abril-de-2026-com-superavit-de-r-25-2-bilhoes-acima-da-projecao-do-mercado>. Acesso em: 7 jun. 2026.

[15] REUTERS. Brazil central bank trims interest rates again, eyeing Iran conflict. Reuters, 29 abr. 2026. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/americas/brazil-central-bank-cuts-interest-rates-by-25-bp-expected-2026-04-29/>. Acesso em: 7 jun. 2026.

[16] BRASIL. Senado Federal. Congresso derruba veto e possibilita redução de penas pelo 8 de janeiro. Agência Senado, Brasília, 30 abr. 2026. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2026/04/30/congresso-derruba-veto-e-possibilita-reducao-de-penas-pelo-8-de-janeiro>. Acesso em: 7 jun. 2026.

[17] BRASIL. Senado Federal. Presidente da República pode enviar nova indicação à vaga do STF. Agência Senado, Brasília, 30 abr. 2026; atualizado em 29 maio 2026. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2026/04/30/presidente-da-republica-pode-enviar-nova-indicacao-a-vaga-do-stf>. Acesso em: 7 jun. 2026.

[18] BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Por Dentro das Eleições: conheça as regras sobre uso de IA na campanha eleitoral de 2026. Brasília, 10 abr. 2026; atualizado em 19 abr. 2026. Disponível em:

<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Abril/por-dentro-das-eleicoes-conheca-as-regras-sobre-uso-de-ia-na-campanha-eleitoral-de-2026>. Acesso em: 7 jun. 2026.

[19] REUTERS. Brazil markets rattled by report linking Flavio Bolsonaro to disgraced banker. Reuters, 13 maio 2026. Disponível em:

<https://www.reuters.com/world/americas/brazil-markets-rattled-by-report-linking-flavio-bolsonaro-disgraced-banker-2026-05-13/>. Acesso em: 7 jun. 2026.

[20] REUTERS. Bolsonaro reversal on ties to jailed banker leaves allies reeling. Reuters, 14 maio 2026. Disponível em:

<https://www.reuters.com/business/media-telecom/bolsonaro-reversal-ties-jailed-banker-leaves-allies-reeling-2026-05-14/>. Acesso em: 7 jun. 2026.

[21] ASSOCIATED PRESS. Brazil presidential hopeful Flávio Bolsonaro denies wrongdoing after asking banker for millions. AP News, maio 2026.

Disponível em:

<https://apnews.com/article/236f7e6448e10836d1af0ceecc26ddc8>. Acesso em: 7 jun. 2026.

[22] REUTERS. How a Jim Caviezel film got mixed up in a Brazilian political scandal. Reuters, 15 maio 2026. Disponível em:

<https://www.reuters.com/world/americas/how-jim-caviezel-film-got-mixed-up-brazilian-political-scandal-2026-05-15/>. Acesso em: 7 jun. 2026.

[23] REUTERS. Brazil arrests former BRB head in Banco Master probe, sources say. Reuters, 16 abr. 2026. Disponível em:

<https://www.reuters.com/business/brazil-police-arrest-former-head-lender-brb-sources-say-2026-04-16/>. Acesso em: 7 jun. 2026.

[24] REUTERS. BRB signs agreement with Quadra Capital to sell assets linked to Banco Master worth \$2.9 billion. Reuters, 21 abr. 2026. Disponível em:

<https://www.reuters.com/business/finance/brb-signs-agreement-with-quadra-capital-sell-assets-linked-banco-master-worth-29-2026-04-21/>. Acesso em: 7 jun. 2026.

[25] REUTERS. US launches probe into Brazil's trade practices, digital payment services. Reuters, 16 jul. 2025. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/americas/us-launches-probe-into-brazils-trade-practices-digital-payment-services-2025-07-16/>. Acesso em: 7 jun. 2026.

[26] REUTERS. Brazil challenges legitimacy of US trade probe, urges dialogue. Reuters, 19 ago. 2025. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/americas/brazil-challenges-legitimacy-us-trade-probe-urges-dialogue-2025-08-19/>. Acesso em: 7 jun. 2026.

[27] REUTERS. Brazil's central bank says its Pix system is not a threat to payments companies. Reuters, 27 ago. 2025. Disponível em: <https://www.reuters.com/sustainability/boards-policy-regulation/brazils-central-bank-says-its-pix-system-is-not-threat-payments-companies-2025-08-27/>. Acesso em: 7 jun. 2026.